

Habeas data

**CONCILIAR É A FORMA
MAIS RÁPIDA DE
RESOLVER CONFLITOS**



Justiça Federal da Segunda Região realiza mais de 5,3 mil audiências de conciliação em 2011

Recentemente, a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de justiça, afirmou que 2011 foi o ano de ouro da conciliação. No caso da Justiça Federal da Segunda Região, a declaração não poderia ser mais verdadeira: ao longo do período, foram efetuados dez mutirões de conciliação entre a sede do TRF2 e várias unidades da primeira instância do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Foi quase um evento por mês realizado nas capitais ou no interior dos dois Estados. Pág. 4 e 5



Expediente



Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Presidente:

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Vice-Presidente:

Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Corregedor Regional da Justiça Federal:

Desembargador Federal ANDRÉ FONTES

Desembargador Federal FREDERICO GUEIROS

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER

Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND

Desembargador Federal REIS FRIEDE

Desembargador Federal ABEL GOMES

Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora Federal LILIANE RORIZ

Desembargadora Federal LANA REGUEIRA

Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador Federal GUILHERME COUTO

Desembargador Federal GUILHERME CALMON

Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA

Desembargador Federal JOSÉ FERREIRA NEVES

Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO

Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO

Juiz Federal Convocado GUILHERME DIEFENTHAELER

Juiz Federal Convocado MARCELO PEREIRA

Juiz Federal Convocado RICARDO PERLINGEIRO

Juiz Federal Convocado THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado ALUÍSIO MENDES

Diretor Geral: JADERSON CORREA DOS PASSOS

Ano XIII - nº 83 - Set / Dez 2011

Assessoria de Comunicação Social

Ana Sofia Brito Gonçalves

Redação

André Camodego, Marcelo Ferraz e Assessorias de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

Diagramação, Impressão e Acabamento

Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

Projeto Gráfico

Renata Möller

Revisão

André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site www.trf2.jus.br

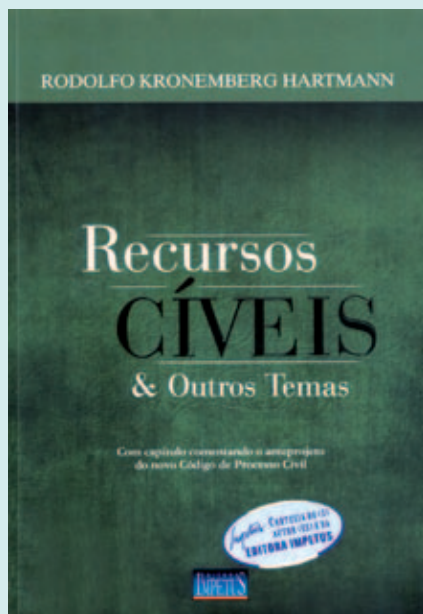
Capa

O conselheiro José Guilherme Vasi Werner, do CNJ, Maria Helena Cisne, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos (presidente do TJ-RJ) e Maria de Lourdes Sallaberry (presidente do TRT-RJ) na cerimônia de encerramento da Semana Nacional de Conciliação

Foto

André Camodego

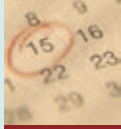
Recursos Cíveis e outros Temas



Com uma linguagem simples e objetiva, a obra "Recursos Cíveis e Outros Temas", da autoria do professor e juiz federal Rodolfo Kronenberg Hartmann, aborda amplamente o tema "recursos", bem como a atividade desenvolvida diuturnamente pelos tribunais brasileiros, que abrange a análise e solução de diversos incidentes processuais ou mesmo de ações autônomas de impugnação.

Além de mencionar diversos regulamentos e resoluções internas de Tribunais, atestando como é realizado o processamento interno e desdobramento dos recursos, incidentes e ações autônomas, o autor apresenta de forma clara os doutrinadores da área, possibilitando ao leitor uma compreensão mais crítica da disciplina.

O livro também contém um capítulo próprio comentando as alterações que poderão ser implementadas caso o anteprojeto do novo Código de Processo Civil venha a ser aprovado pelo Poder Legislativo. E ao final da obra, o leitor conta com um capítulo de questões de concursos jurídicos, para treinar os conceitos apreendidos.



TRF2 homenageia Nizete Lobato e Luiz Paulo Araújo Filho

O Plenário do TRF2 realizou, em julho, sessão solene de homenagem às posses dos desembargadores federais Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, que integram, respectivamente as 2ª e 5ª Turmas Especializadas do Tribunal. A presidente da Corte, desembargadora federal Maria Helena Cisne, deu posse aos magistrados, em seu gabinete, no dia 19 de abril.

Nizete Lobato assumiu a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade, deixada pelo desembargador federal Carreira Alvim, aposentado em 2010. Já Luiz Paulo ocupou a vaga destinada à promoção pelo critério de merecimento, deixada pelo desembargador federal Castro Aguiar, aposentado no final do ano passado.

A solenidade de homenagem contou com as presenças de diversas autoridades civis, militares e eclesíásticas e também foi prestigiada por familiares e amigos dos novos desembargadores federais e por

servidores do Tribunal. A mesa do evento, presidida por Maria Helena Cisne, foi composta pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, o presidente do Tribunal de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, o procurador regional da república na 2ª Região Artur Gueiros e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro, Wadih Damous.

A saudação aos novos integrantes do TRF2 ficou a cargo do desembargador federal Guilherme Couto. Também discursaram, na ocasião, o procurador Artur Gueiros e o presidente da OAB/RJ, Wadih Damous, que afirmou que a posse dos dois magistrados na segunda instância da Justiça Federal da 2ª Região “reforça a qualificação jurisdicional da Corte”. Para o advogado, Nizete Lobato e Luiz Paulo Araújo “honram a toga. Tê-los nos quadro do Tribunal é importante para a cidadania e para a instituição judicial”.



Nizete Lobato presta juramento solene



Ato repetido por Luiz Paulo Silva Araujo Filho

TRF2 e Sesi promoveram programa Cozinha Brasil em setembro

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), promoveu, na Corte, no começo de setembro, o programa Cozinha Brasil. O objetivo do programa é ensinar o preparo de refeições de baixo custo, aproveitando ao máximo o sabor e os nutrientes dos alimentos.

Durante os dois dias do evento, nutricionistas e cozinheiros ensinaram os participantes a preparar receitas econômicas e saborosas com frutas, legumes, verduras e temperos. Ao final das aulas, todos puderam degustar os alimentos.

TRF2 cumpre 108% da meta de audiências da Semana Nacional de Conciliação

Em números, os mutirões organizados e executados pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da Segunda Região (NPSC2) e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cesol) fluminense e capixaba durante 2011 chegaram a 5.323 audiências realizadas, das quais 3.378 (63,46% do total) terminaram em acordo. Mais de R\$ 66 milhões foram homologados ao longo do ano nesses eventos.

Só na Semana Nacional de Conciliação, entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro, a Justiça Federal da Segunda Região intermediou 2.646 negociações entre as partes, cumprindo 108% da meta de audiências estipulada para o evento. Desse total de audiências, 1.817, ou 68,67%, terminaram em acordo. Em valores homologados, mais de R\$ 17,2 milhões.

Os números foram divulgados em videoconferência realizada no dia 7 de dezembro, presidida pela ministra Eliana Calmon, que, na ocasião, parabenizou o TRF2 pelos resultados: "Demos início ao projeto Semana Nacional de Conciliação de forma muito modesta, com apenas 136 audiências efetuadas em todo o País, no ano de 2002. Na edição deste ano, tivemos mais de 15 mil audiências concretizadas. Enfrentamos muitas dificuldades, mas hoje estamos vivendo o ano dourado da institucionalização da conciliação como cultura e como política do judiciário", afirmou a magistrada, que ainda destacou que o sucesso da empreitada se deve, principalmente, ao "trabalho de equipe" tocado pelos presidentes dos tribunais, pelos corregedores regionais,

pelos coordenadores dos Núcleos Permanentes de Solução de Conflitos distribuídos pelo território nacional e por todos os juizes que têm participado do programa lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda durante a reunião virtual com os cinco Tribunais Regionais Federais brasileiros, a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, ressaltou que o êxito do esforço concentrado comprova a mudança de comportamento dos entes públicos, que necessariamente são parte nos processos que tramitam na Justiça Federal e que, tradicionalmente, resistiam às iniciativas de conciliação.

O corregedor-geral da Justiça federal, ministro João Otávio Noronha, concorda. E mais: para ele, o destaque que vem ganhando a conciliação demonstra "que estamos caminhando por esta via alternativa para sermos mais céleres e eficazes".

Foi por conta dessa certeza que os mutirões de audiências de conciliação na Justiça Federal já se tornaram rotina. Para o diretor do NPSC2, desembargador federal Guilherme Calmon, além de continuar agindo nessa frente, já é hora de promover mutirões de julgamento dos processos que, incluídos na pauta da conciliação, ficaram sem acordo: "Entendemos que esses processos, geralmente muito antigos, devem ter tratamento prioritário para garantir a credibilidade das ações envolvendo a conciliação e sinalizar para a população que estamos tratando a questão com muita seriedade", alertou o desembargador.



A abertura da Semana Nacional de Conciliação foi presidida pelo ministro Cezar Peluso (ao centro)



ANDRÉ CAMODEGO

Maria Helena Cisne entrega certificados de quitação da casa própria para o casal de irmãos Maria Aparecida e Jorge Ricardo Diniz Pereira

Melhorar sempre

Na solenidade de abertura da Semana Nacional de Conciliação/2011, realizada na sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Maria Helena Cisne afirmou que eventos como o promovido anualmente pelo CNJ representam uma resposta para a sociedade, que exige maior agilidade na solução das demandas: "Quero externar minhas congratulações para os entes públicos e privados e para os tribunais envolvidos no projeto e, também, aproveito para concitá-los a darmos as mãos para melhorar sempre. Os litígios judiciais causam muita dor e a conciliação é a maneira mais eficaz de pôr fim nas disputas", afirmou.

A cerimônia de lançamento da Semana Nacional de Conciliação na capital fluminense foi presidida pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. Compuseram a mesa, também, o ministro Marco Aurélio Galdini Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, o presidente do TJRJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (TRT1), desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry e o chefe da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Régis Fichtner.

Audiências no Rio, em Vitória e na Baixada Fluminense

Durante a Semana Nacional de Conciliação, a Justiça Federal da 2ª Região realizou audiências para promover o acordo entre as partes simultaneamente no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e em Vitória. Para isso, a instituição firmou parcerias com o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), com a Caixa Econômica Federal (CEF), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a fim de levar às mesas de negociação entre autores e réus processos que tratam de diversas questões judiciais.

Justiça Federal da Segunda Região comemora resultados

A solenidade de encerramento da Semana Nacional de Conciliação teve lugar no salão nobre do TJRJ. Durante a cerimônia, Maria Helena Cisne, Guilherme Calmon, a juíza federal Marcella Brandão, que também atua no NPSC2, e representantes da CEF entregaram certificados de quitação dos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) a mutuários que firmaram acordo durante o mutirão.

Um dos casos foi o do casal de irmãos Maria Aparecida Diniz Pereira e Jorge Ricardo Diniz Pereira, que discutiam em juízo, com o banco, os índices de reajuste das prestações do apartamento que haviam financiado em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio. O contrato fora firmado em 1997, mas em 2004 foi preciso procurar a Justiça Federal para tentar adequar o valor das mensalidades ao orçamento da família. Com o acordo, o cálculo da dívida foi feito conforme um sistema de amortização diferente do original e os irmãos puderam lançar mão dos valores que vinham depositando em juízo para saldar o débito: "Foi um grande alívio e a concretização de um sonho" resumiu Jorge Ricardo.



Pioneira na interligação do sistema de processo digital, a Justiça Federal da 2ª Região já opera última fase da integração com a AGU



Maria Helena Cisne: Novos mecanismos para descongestionar serviços

Há algum tempo, já é realidade na Justiça Federal da 2ª Região o processo judicial eletrônico, que dispensa o papel impresso, do momento em que é protocolizada a petição inicial àquele em que o juiz dá a decisão. O serviço de cadastramento de advogados, que confere senhas para a transmissão de petições virtuais, também não é mais novidade na instituição que atende os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ocorre que a adesão maciça a essas iniciativas vinha congestionando o acesso ao site das seccionais, através do qual esses serviços são fornecidos.

Mas uma medida para enfrentar o problema foi desenvolvida: no dia 2 de agosto, o TRF2 e as Seções Judiciárias dos dois Estados lançaram um serviço pioneiro no país que garante uma forma inédita de interação entre a instituição e a Advocacia Geral da União (AGU). Na data, começou a operar oficialmente a quarta e última fase do sistema integrado de processo judicial digital através da tecnologia Webservice, permitindo à AGU encaminhar pedidos judiciais sem precisar passar pelo site do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O uso da plataforma Webservice é uma proposta que abrange todo o judiciário brasileiro, e que foi definida com a assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 58, em junho de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela AGU. Apesar de não ter subscrito o acordo, o trabalho de desenvolvimento do novo sistema contou também com a participação do Ministério Público Federal (MPF).

O Acordo 58 permitiu que uma única solução tecnológica fosse adotada para assegurar a troca de informações processuais eletrônicas entre os tribunais brasileiros, bem como entre o Judiciário e outros órgãos públicos. A quarta fase, que a Justiça Federal da 2ª Região é a primeira a operar no Brasil, permite que o governo encaminhe ao Judiciário manifestações processuais, ou seja, que apresente, por exemplo, petições, recursos e pareceres.

O lançamento da última etapa, no dia 2 de agosto, ocorreu em uma solenidade, que teve lugar no

auditório do Fórum Federal Marilena Franco, no centro do Rio. Entre outras autoridades, estiveram presentes ao evento a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, o corregedor regional da Justiça Federal da Segunda Região e coordenador da implantação do projeto na primeira instância fluminense e capixaba, desembargador federal André Fontes, o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, a Procuradora-Geral da União, Heliá Maria de Oliveira Bettero, a Procuradora Regional da União da 2ª Região, Mariana Moreira e Silva, o Procurador Regional Federal da 2ª Região, Marcos Couto, o Subprocurador Regional Federal da 2ª Região, Robertson Werner, o diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Marcelo Leonardo Tavares, o diretor da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Mattos, e a juíza federal Fernanda Duarte.

Em seu discurso, Maria Helena Cisne explicou que o sistema vai descongestionar a página do Tribunal e evitar que, por conta disso, ocorra a perda de prazo. “O enorme volume de acessos ao site da Corte reflete o fato de que os nossos serviços têm atendido o jurisdicionado, mas, com isso, temos de lidar com a constante necessidade de criarmos novos mecanismos para assegurar que a qualidade desses serviços se mantenha satisfatória”, ressaltou. Para a presidente do TRF2, o sistema integrado pela plataforma webservice “trará mais agilidade, transparência e eficiência para o funcionamento da Justiça”.

Em seguida, foi a vez do desembargador federal André Fontes, que destacou, em sua fala, a capacidade técnica dos profissionais da Justiça envolvidos no processo. Para o magistrado é a competência profissional desses servidores “que permite a evolução tecnológica que leva a melhor prestação jurisdicional”.

Por fim, para o ministro Luís Inácio Lucena Adams, o sistema trará melhorias na eficiência da administração da Justiça no país. “Vamos obter maior transparência, agilidade e eficiência. As ações judiciais vão ser tomadas em tempo útil, com conhecimento praticamente imediato de todas as partes envolvidas no processo”. Para Adams, o novo sistema “permite chegarmos a uma melhor gestão dos conflitos para que possamos atingir o objetivo comum, seja de desembargadores, juízes ou procuradores, que é a implementação da justiça”.



Várias autoridades prestigiaram o evento



Convênio agiliza pagamento de precatórios estaduais

A presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, assinou em julho acordo de co-operação para tornar mais ágil a quitação das dívidas judiciais de municípios e do Estado. O documento, subscrito também pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Manoel Alberto Rebêlo, e pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargadora Maria de Lourdes D'Arrochella Lima Sallaberry, trata do pagamento dos precatórios inscritos no Regime Especial de Liquidação instituído pela Emenda Constitucional nº 62, de dezembro de 2009. O ato foi formalizado na sede do TJRJ.

Na prática, nos termos do acordo firmado pelos três tribunais que têm sede na capital fluminense, o TJRJ fica responsável pela administração da conta para depósito dos valores referentes aos precatórios inscritos no Regime Especial de Liquidação, que envolve os entes públicos do estado e dos seus municípios. A Justiça Estadual, então, além de pagar os precatórios aos seus jurisdicionados, deve repassar os valores devidos para os outros tribunais efetuarem o pagamento em favor dos titulares dos precatórios referentes a processos que tramitam no TRF2 ou no TRT1.



Maria de Lourdes Sallaberry, Manoel Alves Rebêlo e Maria Helena Cisne

Vale destacar que o acordo prevê a autonomia de cada tribunal para, individualmente, controlar o cumprimento da ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como para garantir as preferências para os idosos e para as pessoas que sofrem de doenças graves, como estabelece a Constituição.

A agilidade prometida pelo novo sistema fica por conta de que, com a centralização dos depósitos em conta gerida pelo Tribunal de Justiça, os tribunais federais (o TRF e o TRT) contam com um mecanismo capaz de assegurar que os órgãos públicos estaduais e municipais do Rio de Janeiro cumpram as determinações judiciais, depositando rapidamente os valores relativos aos precatórios devidos aos cidadãos: "É preciso destacar que, se o ente público não realizar o depósito em até dez dias contados da ordem para fazê-lo, o Tribunal de Justiça pode efetuar o sequestro do montante devido", explica Manoel Alberto Rebêlo.



Jaderson Passos

TRF2 autua seu primeiro processo administrativo eletrônico

O TRF2 abriu recentemente um processo administrativo para lançar o Sétimo Edital de Eliminação de Documentos e Processos Administrativos. O procedimento é rotineiro, está amparado por resoluções do Conselho da Justiça Federal e, na prática, visa a racionalizar o espaço de armazenamento do arquivo do Tribunal. A grande novidade aqui é que se trata do primeiro processo administrativo totalmente virtual da Corte.

O expediente que o provocou foi um memorando eletrônico assinado pela diretora da Secretaria de Documentação e Produção Editorial (SED), Lenora Schwaitzer, e a sua autuação foi realizada na Secretaria Geral, através do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), um complexo de serviços informatizados que permite gerar e movimentar documentos administrativos sem papel: "O fim da era do papel nos autos administrativos representa economia de recursos naturais e de dinheiro público. Estamos promovendo uma gestão responsável e transparente, já que a disponibilização desses documentos na nossa intranet permite a consulta simultânea em qualquer ponto de acesso", comemora o diretor geral do TRF2, Jaderson Passos, que assinou (virtualmente, claro) o protocolo que deu vida ao processo do Sétimo Edital de Eliminação.

O sistema Siga que tornou isso possível foi inteiramente desenvolvido pela equipe de informática da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Com a adoção do processo administrativo eletrônico, o Tribunal dá mais um passo para o cumprimento da meta nacional específica para a Justiça Federal em 2011, que trata, justamente, da implantação do processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro.



TRF2 participa da assinatura de termo de cooperação em centro do judiciário no Alemão

A presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, assinou em julho termo de acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a participação da instituição no Projeto Justiça Aqui, criado para atender a população dos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

É do CNJ a iniciativa de montar um centro que reúna vários ramos do Judiciário, como a Justiça Estadual e os Tribunais Regionais do Trabalho e Eleitoral, bem como órgãos com atuação afim, como a Defensoria Pública do Estado. Oficialmente, o Projeto Justiça Aqui denomina-se Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Participaram ainda da solenidade de assinatura do convênio e de lançamento do projeto, entre várias outras autoridades, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o vice-prefeito da capital

fluminense, Carlos Alberto Vieira Muniz, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral/RJ, desembargador Luiz Zveiter, a vice-corregedora do Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região, desembargadora Ana Maria Soares de Moraes, e o defensor público geral do Estado, Nilson Bruno Filho.

Na ocasião, Cezar Peluso lembrou que a consolidação da paz nas áreas antes dominadas pelo tráfico depende da presença atuante do poder público, não só através da polícia, mas também de serviços públicos que garantam os direitos da cidadania: "Faltava aqui o Judiciário. A segurança não é possível sem a justiça, e, portanto, a instituição não poderia deixar de acompanhar esta iniciativa e de se integrar a ela", afirmou o ministro, destacando, ainda, sua expectativa de que o Justiça Aqui sirva de modelo para ser aplicado nas periferias de outros centros urbanos do país.



Luis Roberto Barroso, Maria Helena Cisne, Liliane Roriz e Theóphilo Antonio Miguel

Caso Battisti foi o foco de evento da Emarf

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) realizou em agosto, no auditório do TRF2, no Centro do Rio, para uma platéia de magistrados, servidores e estudantes, fórum sobre "Extradição, Asilo, Refúgio e a Repercussão Jurídica do Caso Battisti".

Na ocasião, o advogado do ex-ativista italiano, Luís Roberto Barroso, discorreu sobre o tema. A abertura do evento ficou a cargo do juiz federal Theophilo Miguel. Presidiu a mesa de debates a diretora-geral da Emarf, desembargadora federal Liliane Roriz. A mesa também foi composta pela presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne.

O fórum, credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), foi transmitido por videoconferência para a Seção Judiciária do Espírito Santo. O evento, que integra o cronograma de 2011 do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) para magistrados federais da 2ª Região, contou com o apoio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), e da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes).